

Marco Legislativo: SUS e Saúde Suplementar

Álvaro Escrivão Junior

GVsaúde FGV-EAESP

SOU PROFESSOR da FGV-EAESP e Coordenador adjunto do GVsaúde. Tenho a tarefa de moderar o primeiro debate da série do 13º semestre de Debates, que aborda o acesso e a regulação no setor público e no setor privado.

Contamos hoje com a presença de Luciana Cugliari, diretora do Instituto do Direito Sanitário Aplicado - IDISA de Campinas, que é uma organização não governamental parceira da UNICAMP em curso de especialização em Direito Sanitário. Ela é graduada em Direito e tem mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Direito, atuando mais em Saúde Coletiva, Saúde do Trabalhador e Epidemiologia.

Está também conosco Carla de Figueiredo Soares, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O GVsaúde é um centro colaborador da agência e mantém com ela uma antiga parceria. A Carla foi nossa aluna no curso de especialização e é diretora adjunta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS. É formada em Comunicação Social e em Direito pela PUC-MG, pós-graduada em Direito Público pela Universidade Gama Filho e em Regulação em Saúde Suplementar pela Fundação Getúlio Vargas e Hospital Sírio-Libanês.

O que motivou este 13ª. debate foi a incessante incorporação de tecnologia na assistência à Saúde e a constatação que está cada vez mais difícil garanti-la para todas as pessoas, seja no SUS, seja no setor de Saúde Suplementar.

Porém, existem esforços que estão sendo feitos pelo Ministério da Saúde e é isso que vamos discutir na apresentação da Luciana Cugliari. Existe também um esforço da ANS de tentar garantir o acesso aos

serviços de boa qualidade, dentro do prazo oportuno para todos os beneficiários de planos de Saúde. Temos aqui várias pessoas de planos de Saúde que entendem que isto criará algum tipo de dificuldade para as empresas.

O GVsaúde olha muito pelo lado do usuário. Pensamos que ele deveria receber tudo o que precise e nada do que não precisa. Assim, não vemos com bons olhos as distorções de má utilização, porque não é uma boa prática administrativa. Claro que o olhar dos planos de Saúde é diferente porque eles estão preocupados com

Se vamos garantir acesso para todo mundo, como é que vamos financiar?

a forma de garantir de fato esse acesso.

Há um fantasma que persegue todos os sistemas de Saúde do mundo que é decidir se deve haver algum tipo de segmentação no direito à assistência à Saúde; ou seja, vamos ter gente com acesso a tudo, outros com acesso limitado? Se vamos garantir acesso pra todo mundo, como é que vamos financiar? Então se quisermos olhar para o horizonte, o que está em discussão é qual sistema de Saúde, qual assistência à Saúde o país pode oferecer, seja no suplementar, seja no SUS e as relações complexas que se estabelecem entre esses dois segmentos. E é isso que discutiremos agora.